



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CÂMPUS DE NAVIRAÍ – CPNV



Caroline Achilles Louza

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PLANEJAMENTO DA REGIÃO DO CONEVALE: uma análise  
das vocações regionais**

Orientação:

Professora Doutora Sibelly Resch

Naviraí-MS

2020

# **PLANEJAMENTO DA REGIÃO DO CONEVALE: uma análise das vocações regionais**

Caroline Achilles Louza

## **RESUMO**

O território brasileiro é marcado por assimetrias de desenvolvimento regionais e intramicrorregionais (MACEDO; PORTO, 2020). Segundo Carvalho (2016), quando o país não se desenvolve, torna-se um processo mais complexo para os estados crescerem, sendo a globalização um agente agravante da situação. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) criou um programa nacional que procura integrar a cooperação regional para facilitar a prospecção de parceiros para desenvolvimento. O programa LIDER chegou ao estado do MS em três regiões, dentre estas, denominou-se como Conevale a junção do Conesul do MS com o Vale do Ivinhema, excluindo-se os municípios de fronteira que participam de outro programa. Considerando que está em curso o desenvolvimento do Programa Líder na região do Conevale, questiona-se: Quais são as vocações do território do Conevale/MS? Partindo deste questionamento, o presente estudo tem como objetivo analisar três supostas vocações territoriais do Conevale: a) cadeia produtiva do agronegócio; b) produção de energia fotovoltaica; c) turismo. Quanto à metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, sendo a pesquisa classificada como qualitativa e de natureza exploratória. Para desenvolvimento do trabalho foram utilizados dados secundários por meio da pesquisa documental.

**Palavras-Chave:** Planejamento regional; Vocação Regional; Mato Grosso do Sul; Conevale.

## **1. INTRODUÇÃO**

O território brasileiro é marcado por assimetrias de desenvolvimento regionais e intramicrorregionais (MACEDO; PORTO, 2020). Segundo Carvalho (2016), quando o país não se desenvolve, torna-se um processo mais complexo para os estados crescerem, sendo a globalização um agente agravante da situação. Embora esses espaços estejam conectados aos processos globais, os planejamentos regionais devem estar de acordo com as estratégias locais visando o desenvolvimento e bem-estar da população local. É necessário entender quais as necessidades dos atores locais, de forma que as medidas necessárias, quando aplicadas, sejam inclusivas (THIELE et. al., 2014; CARVALHO, 2016).

Em algumas regiões do país, há um plano de desenvolvimento regional que visa reduzir as desigualdades regionais e ativar os seus potenciais de desenvolvimento, como é o caso do

Rio Grande do Sul (COELHO; GILBERTO, 2010). O estado do Mato Grosso do Sul (MS) não é diferente de outras regiões do Brasil, apresentando várias assimetrias entre as regiões, ou seja, identificam-se certas desigualdades regionais e intramicrorregionais (RESCH et. al, 2020). Todavia, o estado de Mato Grosso do Sul não possui um processo institucionalizado de planejamento regional como é o caso de muitos estados brasileiros.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) criou um programa nacional que procura integrar os atores públicos e privados visando à cooperação regional, com o objetivo de desenvolver ações que contribuam para o desenvolvimento das regiões nas quais o programa está sendo desenvolvido. O programa LIDER chegou ao estado do MS em três regiões, dentre estas, denominou-se como Conevale a junção do Cone Sul do MS com o Vale do Ivinhema (Cone + Vale= Conevale), excluindo-se os municípios de fronteira que participam de outro programa do SEBRAE. A região do Conevale é composta por doze municípios: Anaurilândia, Angélica, Batayporã, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Ivinhema, Naviraí, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Tacuru e Taquarussu (SEBRAE, 2019).

O objetivo do programa Líder é preparar as lideranças regionais para a construção e responsabilidade com uma estratégia de desenvolvimento econômico e sustentável e qualificado para a região, seguindo as demandas dos atores locais. O Programa Líder atua em três fases: a) identificação do território e das lideranças; b) construção coletiva da agenda de desenvolvimento do território; c) implementação da estratégia e institucionalização do grupo (SEBRAE, 2020). Deste modo, o programa Líder configura-se como uma iniciativa que busca mobilizar os agentes do território do Conevale, desenvolver um planejamento regional e implementar a agenda estratégica desenvolvida pelo grupo, além de prever a institucionalização visando a governança do desenvolvimento regional.

A governança regional institucionalizada comumente ocorre por meio das Agências de Desenvolvimento Regional (ADR), que congregam atores do setor público, privado e da sociedade civil organizada, ou seja, trata-se da criação de uma estrutura microrregional e “articulação de arranjos interinstitucionais que possibilitem o desenvolvimento de projetos que visem a valorização e desenvolvimento de um território e uma visão de futuro conjunta” (RIBAS JÚNIOR, 2010, p. 26/27), sendo uma de suas funções promover o desenvolvimento da cadeia produtiva predominante em determinada região.

Trata-se, portanto, de planejar o desenvolvimento territorial e induzir o processo por meio de diferentes ações desenvolvidas no território. Neste sentido, o planejamento estratégico

regional tem como finalidade buscar o desenvolvimento regional e para isso, é preciso conhecer os potenciais de uma região, compreendidos como vocações regionais. As vocações “definem, validam ou ressaltam” os principais pontos que podem ser um potencial para a região se desenvolver econômica e socialmente. (MARCHI et. al, 2010).

Considerando que está em curso o desenvolvimento do Programa Líder na região do Conevale, questiona-se: Quais são as vocações do território do Conevale/MS? Partindo deste questionamento, o presente estudo tem como objetivo analisar três supostas vocações territoriais do Conevale: a) cadeia produtiva do agronegócio; b) turismo; c) produção de energia fotovoltaica.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Desenvolvimento Regional**

Anos atrás, na década de noventa, retomou-se os debates sobre as regiões e suas questões tomaram maior proporção e importância tanto por parte da academia, quanto do poder público que tem o poder de implementar as políticas públicas, com uma nova perspectiva das estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de políticas regionais (CARVALHO, 2016).

O desenvolvimento regional pode ser entendido como um conjunto dos diferentes desenvolvimentos locais, que não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma dada localidade (LIMA et al., 2003). Por ocorrer em uma determinada localidade, leva-se em consideração a necessidade de se entender como deverá ser posto em andamento. Os aspectos econômico-social, científico-tecnológico, geoambiental e político-institucional estão conectados fazendo que o desenvolvimento abranja indicadores econômicos, sociais e ambientais. Sem esses indicadores é possível que aja desequilíbrio na economia e perda de boa parte dos recursos ambientais existentes que afetam diretamente a população. Por isso, os atores locais devem ser protagonistas na formulação de estratégias e sua implementação (LIMA et al., 2003).

Nos últimos anos, grande parte dos conceitos de desenvolvimento regional está baseada em endogenia (fatores internos) e sustentabilidade. Esse desenvolvimento está diretamente ligado ao planejamento estratégico regional, por isso que quando se executa um planejamento deve-se verificar a distribuição das atividades produtivas para que se possa obter uma melhor análise das características que determinada região possui, para que assim seja efetivo e eficiente

o plano de desenvolvimento. A realização das atividades em determinadas regiões faz com que haja um aumento na produção, renda e emprego, o que pode gerar um crescimento maior da população, sem, contudo ocorrer um processo de desenvolvimento econômico e social (HADDAD, 1996 apud PEROBELLI et. al., 1999).

Como maneira de reduzir as “desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.” (BRASIL, 2020, s/p) foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como um decreto do Estado. Entende-se que o desenvolvimento regional não pode ser unidimensional, sendo preciso reconhecer essas desigualdades, orientando políticas e programas através de instrumentos adequados, para que os recursos da região sejam bem aproveitados, fomentando o desenvolvimento e minimizando as assimetrias existentes no país (BRASIL, 2020).

Na segunda fase da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II), atualizada pelo Decreto nº 9.810 de 2019, adotaram-se novos objetivos que visam reverter às ações de desigualdades inter e intrarregionais e o acesso justo e equilibrado aos bens e serviços públicos fundamentais. Com isso, foi criada uma nova tipologia sub-regional que contempla problemas ligados a baixos níveis de renda e à estagnação econômica de microrregiões brasileiras. A tipologia enquadra todas as regiões do país, assim como o Centro-Oeste, região do Mato Grosso do Sul (PORTO e MACEDO, 2017). Foi disponibilizado no site do Ministério de Desenvolvimento Regional (2019) as microrregiões e suas respectivas situações, sendo listadas onze regiões do MS, em que sete estão estagnadas economicamente, apenas duas são de alta renda e outras duas são dinâmicas. Um dos objetivos da PNDR II é “consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do país, considerando as especificidades de cada região”. Para a região do Centro-Oeste, onde está inserido o MS, se verifica a emergência de alguns centros urbanos médios no interior acompanhando as áreas mais dinâmicas (RESCH, et. al, 2020).

A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), autarquia federal brasileira criada com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste, é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). A SUDECO tem como objetivo promover o desenvolvimento regional de maneira inclusiva e sustentável, além da integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional

por meio da operacionalização de alguns instrumentos previstos na PNDR I e II. Havia sido extinta em 1990 e foi recriada em 2009, pela Lei Complementar nº 129. (BRASIL, 2020).

Essa superintendência também tem como objetivo a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, articulando-o com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais e, em especial, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), como forma de fomentar o desenvolvimento regional, estuda criar novos programas e ações que favoreçam os estados e municípios, especialmente as microrregiões menos desenvolvidas (BRASIL, 2020).

Os estados que fazem parte da autarquia são Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Segundo a própria SUDECO, a região do Centro-Oeste é vista como promissora e com altos índices de desenvolvimento regional por conta de seu posicionamento estratégico, a qualidade de vida e seu potencial turístico. Junto com o Banco do Brasil (BB) e com o Ministério do Desenvolvimento Regional, atua também como uma das administradoras do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), que possui fonte própria de recursos (BRASIL, 2020).

## **2.2. Planejamento Regional**

A qualidade de vida de atores locais depende do fortalecimento das instituições locais que transformarão o impulso em desenvolvimento; são dependentes de políticas que, conciliadas, podem impulsionar o desenvolvimento, a partir das necessidades e objetivos locais. Por esse motivo, quando se fala em desenvolvimento, pensa-se primeiro em maneiras de integrar a participação dos atores em planejamentos regionais estratégicos. Compreendendo-se isso fica mais simplificada a elaboração de um planejamento regional (LIMA e OLIVEIRA, 2003).

Para minimizar as dificuldades das regiões e fazer com que o desenvolvimento avance, é necessário um planejamento regional que tenha como foco amenizar os problemas que impedem o desenvolvimento e identificar seus fatores para criar um plano de curto, médio e longo prazo. Esse planejamento deve representar os atores locais e suas necessidades, fazendo com que sejam postas como visão para um futuro melhor (SILVEIRA, FELIPPI e SOUZA, 2014).

Um exemplo de planejamento regional estratégico é o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE). Pode ser entendido como um fórum de discussão, decisão e

integração de políticas, ações, lideranças e recursos orientados à promoção do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. Os COREDEs, criados no início da década de 1990, englobam todos os segmentos de uma região em seus diagnósticos. Dentre suas atividades destaca-se: planejar estratégias e implementar políticas de desenvolvimento; valorizar ação política conjunta; acompanhar ações governamentais na região, entre outras atribuições. O COREDEs surgiram para enfrentar as desigualdades regionais do Rio Grande do Sul (COELHO; GILBERTO, 2010).

Mesmo enfrentando algumas dificuldades, os COREDEs já conseguiram atuar por mais de dezenove anos contínuos em um país onde não é comum que inovações tenham uma duração tão longa. Uma das contribuições que são oriundas desse fórum é a forma de manter o interesse dos atores locais sobre questões de desenvolvimento regional e sobre enfrentar as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, não deixando que os temas caíam no esquecimento e se tornem segundo plano para a política (COELHO; GILBERTO, 2010; SILVEIRA; FELIPPI; SOUZA, 2014).

Há muitas dificuldades quando se pensa em desenvolver um planejamento estratégico regional, justamente porque nem todas as regiões possuem o mesmo tipo de recursos e condições, o que dificulta a implementação. Dificuldades que vão desde a falta de uma administração regional que tenha o interesse em concluir o planejamento até a falta de colaboração por partes políticas que limitam o desenvolvimento. Para conseguir que as desigualdades regionais sejam reduzidas, é importante a definição das estratégias no planejamento, sabendo como organizar espaço e definir regiões que devem receber políticas de desenvolvimento sustentável para que elas não sejam esquecidas em uma possível troca político-administrativa (SILVEIRA, FELIPPI, SOUZA, 2014). Silveira, Kist e Kummer (2015) mencionam que há falta de visão e vontade política para deflagrar um processo de transformação da gestão municipal e regional. Apontam como ainda a falta de líderes e pessoal capacitado e qualificado para auxiliar neste processo.

Conforme já mencionado, o SEBRAE desenvolveu o programa Liderança para o Desenvolvimento Regional (LIDER). O objetivo do programa é preparar as lideranças regionais para a construção de uma estratégia para promoção do desenvolvimento econômico, sustentável e qualificado para as regiões, seguindo as demandas dos atores locais. Deste modo, espera-se mobilizar as lideranças das regiões para criação de uma agenda estratégica com objetivos e

visões regionais de futuro, planejando e desenvolvendo ações capazes de impulsionar uma transformação nestas localidades, promovendo o desenvolvimento regional (SEBRAE, 2019).

Para o desenvolvimento de um planejamento regional, conforme enfatizam Silveira, Kist e Kummer (2015) é necessário realizar um diagnóstico com dados e informações que possam subsidiar e fundamentar as decisões dos líderes da região. São muitos os aspectos importantes para compreensão da realidade de uma determinada realidade. Neste estudo, o recorte são os potenciais do território, que serão apresentados e discutidos no próximo tópico.

## **2.3. Setores produtivos potenciais**

### **2.3.1 Agronegócio**

O agronegócio (*agribusiness*) engloba toda a cadeia alimentar, da fazenda à mesa do consumidor, ou seja, inclui atividades realizadas por “fornecedores de insumos agrícolas, produtores, agroprocessadores, distribuidores, comerciantes, exportadores, varejistas e consumidores” (FAVRO; ALVES, 2020, p. 20). A agropecuária é considerada como um complexo agroindustrial (CAI) central que interliga setores a montante (fornecimento de insumos, máquinas e implementos para a produção agropecuária) e a jusante (processamento e transformação da produção agropecuária e pela distribuição das produções agropecuária e agroindustrial, além de outros serviços associados) (FAVRO; ALVES, 2020).

No estado de Mato Grosso do Sul, no período compreendido entre 1970-1989, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) formulou planejamentos para estimular a região da Grande Dourados. Os programas que foram implementados pela SUDECO geraram uma expansão agrícola nessa região, constituindo-se como um avanço para o país. Conseguiu-se modificar a agricultura, que antes era tradicional e apenas voltada para o abastecimento do mercado local por uma agricultura mais moderna, utilizando novas tecnologias, transformando essa região em um polo dinâmico de desenvolvimento no sul do estado. Essa expansão agrícola, principalmente da produção da soja, atraiu o capital comercial, agroindustrial e financeiro, tornando a região um celeiro agrícola, ou seja, fazendo com que a região se tornasse uma produtora de grãos para diversão produtiva do território (GUMIERO, 2017).

A economia do Mato Grosso do Sul é voltada principalmente à extração de produtos primários e de recursos naturais, sendo um de seus pioneiros a erva-mate. Anos após a ascensão da erva mate, o destaque da produção mais tecnológica e moderna passa a outros produtos

agrícolas como soja, milho, mandioca, cana-de-açúcar e produtos da pecuária (DOMINGUES e JUNIOR, 2012).

Cunha e Farias (2020) relatam que o MS recebeu a partir de 2003 investimentos em infraestrutura e no complexo industrial ligado ao agronegócio, resultando em alterações na estrutura da cadeia produtiva do estado. Para Eduardo et al (2020), nos últimos dez anos houve uma diversificação das agroindústrias no MS. Em pesquisa realizada desagregando o PIB do agronegócio no MS, os autores identificaram o agronegócio possui relativo poder de encadeamento na economia sul mato-grossense. Para eles, essa ligação com os demais setores da economia “tem sido reconhecida como um componente importante no processo de desenvolvimento econômico do Estado, contribuindo para a criação de renda e emprego, ao mesmo tempo que reduz a pobreza e a insegurança alimentar” (EDUARDO et al, 2020, p. 2).

De acordo com Kureski, Moreira e Veiga (2020, p. 1), “o agronegócio, incluindo todas as suas dimensões, é o maior setor econômico do Brasil e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da economia do país. Neste contexto, um quarto do produto interno bruto (PIB) brasileiro é composto do agronegócio”. No Mato Grosso do Sul, as diferentes atividades relacionadas ao agronegócio constituem-se como um dos principais gerados de renda para o estado, com um crescimento de aproximadamente R\$10 bilhões entre 2008-2017, totalizando R\$28,7 bilhões em 2017, segundo Cunha e Faria (2020).

O estado do MS, segundo a SEMADE (2020), está em evidência pelos países que são consumidores dos alimentos brasileiros pela qualidade e confiabilidade que estão presentes na composição desses produtos, sejam eles da agricultura ou pecuária. O agronegócio do estado sul-mato-grossense é baseado principalmente em rebanhos bovinos e soja.

Considerando o contexto apresentado sobre o agronegócio no Mato Grosso do Sul, entende-se que as atividades relacionadas ao setor agropecuário estejam presentes também na região denominada Conevale. Neste estudo, buscaremos investigar sobre os principais produtos agrícolas e da pecuária dos doze municípios que formam a região.

### 2.3.2 Energia solar

Conforme mencionam Moreira Júnior, Comunello e Fietz (2020, p. 1) “a radiação solar que incide sobre uma superfície é uma variável de grande importância para o planejamento e desenvolvimento regional”. De acordo com os autores, a radiação solar se relaciona diretamente

com diversos processos físicos e biológicos e pode ser utilizada como uma fonte de energia alternativa para uso humano.

Desde o começo dos tempos, o ser humano utiliza os recursos solares em vários cenários que supriam as necessidades tanto alimentares quanto confortos. Com o passar dos séculos, esses recursos solares passaram por avanços tecnológicos que possibilitaram ao ser humano controlar temperaturas, seja aquecimento ou resfriamento em cenários domésticos e empresariais. A forma mais comum de captar esses recursos é através de placas que permitem a conversão da energia solar em energia elétrica e podendo ser aplicados no setor agropecuário, cozimentos dos alimentos, dessalinização da água, processos industriais, entre outros setores (PEREIRA, et. al., 2017).

Graças aos avanços tecnológicos, o setor de energia solar tem se desenvolvido evolutivamente no mundo. Segundo o Atlas Brasileiro de Energia Solar (PEREIRA, et. al., 2017), no Brasil existe um alto potencial fotovoltaico, onde em uma região com pouca distribuição solar, a eletricidade gerada pelos raios consegue ser maior do que a produzida pela região com maior distribuição solar na Alemanha. Os valores para instalação dos sistemas fotovoltaicos estão em queda, bem como tem surgido políticas governamentais de incentivo, além de inovações tecnológicas que favorecem o setor, embora hoje ainda existam barreiras tecnológicas, políticas, de regulação e de mercado/econômicas (IRENA, 2019).

Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), o estado do Mato Grosso do Sul está na 11ª posição do ranking estadual de Geração Distribuída, dispõe de 94,5 MW de potência instalada atualmente. Estudos realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) demonstraram que o uso da energia fotovoltaica no estado cresceu em 209%, com cerca de 750 sistemas instalados em diversos locais.

Apesar de não haver tanto investimento tecnológico no estado e os custos ainda serem altos, dificultando o processo, a energia fotovoltaica no MS está em expansão, sendo possível explorar seu potencial, beneficiando inclusive o agronegócio. O MS conta com cerca de vinte e oito estações meteorológicas de Observação de Superfície Automática (EMA) (MOREIRA JÚNIOR, COMUNELLO, FIETZ, 2020).

Conforme citam Pereira et al. (2017, p. 14), o sistema elétrico brasileiro é dependente das usinas hidroelétricas. Todavia, em razão da suscetibilidade do recurso hídrico e do crescimento da demanda de eletricidade, “torna-se necessário diversificar as fontes de energia que compõem a matriz elétrica brasileira

, buscando aproveitar fontes de energia que causem baixo impacto ao meio ambiente”, que é o caso da energia solar. Trata-se de uma transição da matriz energética mundial (IRENA, 2019) e o MS pode aproveitar as oportunidades que estão surgindo neste setor.

### 2.3.3 Turismo

A origem do turismo iniciou a partir do momento em que o homem deixou de ser apenas inerte e atrelado a um local apenas, e passou a viajar para outras regiões, sendo motivado a conhecer e experimentar a cultura e o comércio de outras civilizações. (SILVA, 2004).

O setor do turismo busca sempre melhorar sua competitividade. Por isso, as agências e demais empresas de turismo visam à especialização e o oferecimento de produtos segmentados, dentre os quais pode-se citar: Turismo da melhor idade (3ª Idade), Turismo ecológico, Turismo religioso, Turismo cultural, Turismo de negócios e Turismo de eventos (SILVA, 2004). O Ministério do Turismo apresenta um rol ainda maior de segmentação, incluindo turismo social, ecoturismo, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de esportes, turismo de pesca, turismo náutico, turismo de aventura, turismo de sol e praia, turismo de negócios e eventos, turismo rural e turismo de saúde (BRASIL, 2006).

O setor de turismo se encontra em constante desenvolvimento no mundo e no Mato Grosso do Sul. Esse setor tem alta capacidade de gerar renda e empregos de forma direta e indireta, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico de uma região. Na questão econômica, a geração de emprego e renda vem através do nível de circulação de pessoas (turistas) que consomem e utilizam os recursos da região. Na parte social, ao inserir ou excluir mão-de-obra e alterar os níveis de riqueza ou ainda os fluxos de interação entre o autóctone e o turista ao modificar as relações do homem com o meio natural (BORGES, 2011; VIOLIN, 2016).

Conforme dados da FUNDTUR (2018), o estado de Mato Grosso do Sul teve um fluxo de passageiros aéreos e rodoviários de cerca de 5.902.112, sendo o rodoviário 81% desse fluxo com uma permanência média de 2,81 dias. O estado de Mato Grosso do Sul, em comparação com outros estados do país, ainda possui um fluxo de turistas baixo, pois, os dados demonstram que ele captou apenas 1,10% dos turistas que chegaram ao Brasil. Sendo as cidades que mais recebem turistas: Bonito, Campo Grande e Corumbá. Em Campo Grande, 54,55% dos visitantes são turistas de negócios; dos que visitam Bonito, 72% são turistas que vão ao município

exclusivamente por lazer; e, em Corumbá, 53,2% são turistas de negócios.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo trata dos métodos e técnicas de pesquisa, utilizados para o desenvolvimento do presente estudo. Sendo assim, a primeira etapa da pesquisa consistiu em uma pesquisa bibliográfica (livros, revistas, publicações em periódicos, dissertações, internet) visando levantar trabalhos que contribuíssem para a construção do embasamento teórico, tratando de conceitos e discussões sobre desenvolvimento e planejamento regional, as políticas nacionais de desenvolvimento regional (PNDR), como são tratados esses assuntos na região do estado do Mato Grosso do Sul.

Considerando a natureza da proposta para a pesquisa, podemos classificá-la como qualitativa. Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 31), a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. O estudo é natureza exploratória que segundo Prodanov e Freitas (2013) tem como objetivo contribuir com mais informações sobre o assunto investigado, facilitando a delimitação do tema da pesquisa.

Para desenvolvimento do trabalho foram utilizados dados secundários por meio da pesquisa documental, ou seja, dados que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2007). A pesquisa documental foi realizada para buscar dados e informações que auxiliassem na identificação dos potenciais de cada região, de seus principais produtos da agricultura e pecuária no ano de 2019. Esses dados foram coletados do IBGE em duas de suas divisões de pesquisa, Produção Agrícola Municipal (PAM) e Produção da Pecuária Municipal (PPM). Está disponível para todos e, além de todas as informações, disponibiliza infográficos, mapas e indicadores que podem ser comparados entre cidades e estados. Os mapas de energia renovável foram utilizados da revista Atlas Brasileiro de Energia Solar de 2017, que demonstram a situação do Brasil quanto ao potencial de geração solar fotovoltaica. Esses dados são chamados de secundários por serem “dados de segunda-mão”. Essa expressão indica que os dados estão disponíveis e que não foram coletados para um trabalho em particular. É um conjunto de informações já coletadas por outra pessoa durante um processo de estudo diferente (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 102).

#### 4. BREVE CONTEXTO SOBRE A REGIÃO DO CONEVALE

Os municípios que compõe a região denominada como Conevale pertencem ao estado de Mato Grosso do Sul (MS), que por sua vez faz parte do Centro-Oeste brasileiro e possui uma área territorial com uma extensão de 357.145,534 km<sup>2</sup> que se estende até as fronteiras internacionais com o Paraguai e Bolívia na sua parte sul e sudoeste do Estado, sendo banhado pela bacia do Rio Paraguai. Também faz divisa com cinco estados brasileiros: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O estado possui setenta e nove municípios e sendo a sua capital o município de Campo Grande, sendo sua população até o momento de 2.809.394 de pessoas (IBGE, 2020).

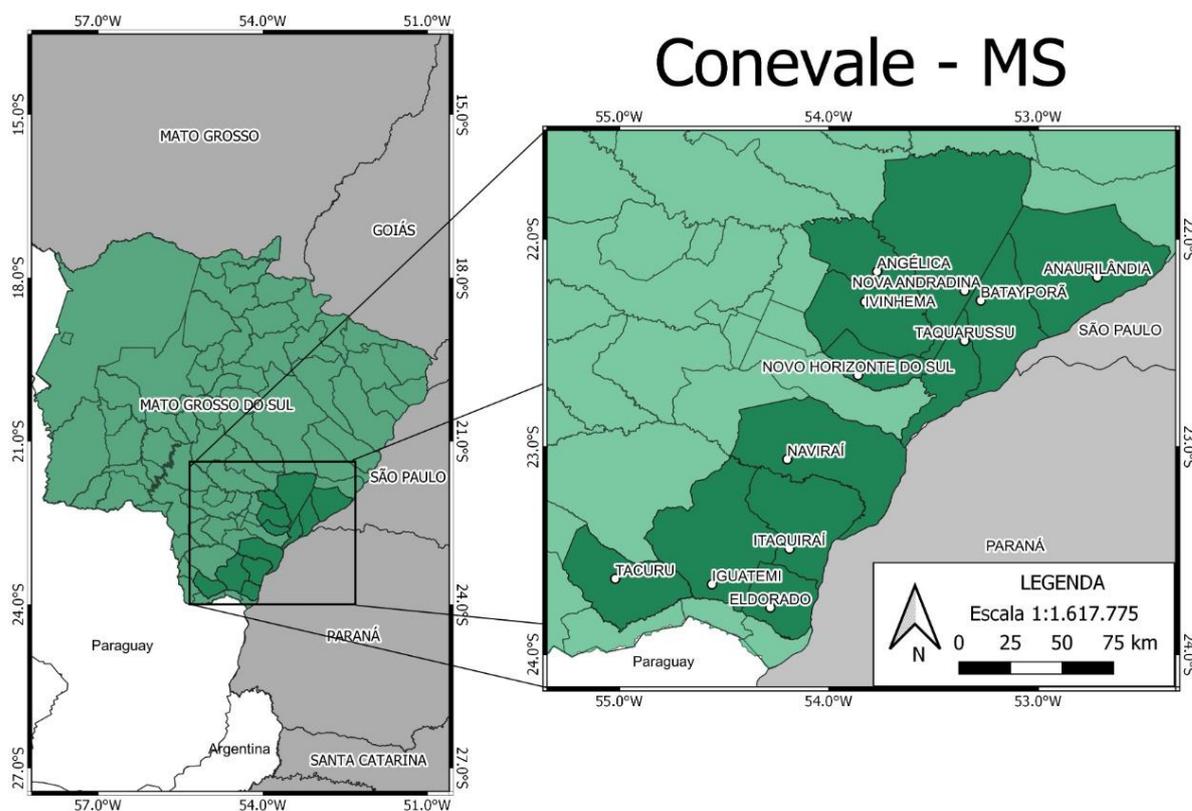
A região do Conevale não está inserida nas microrregiões do IBGE, sendo uma junção do Conesul com o Vale do Ivinhema (Cone + Vale = Conevale), exceto as regiões de fronteira, somando doze municípios e sendo eles: Anaurilândia, Angélica, Batayporã, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Ivinhema, Naviraí, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Tacuru e Taquarussu. Como é destacado na Tabela 01, essa região possui uma área estimada de 37.801,46 km<sup>2</sup> e uma população de cerca de 246.292 pessoas, segundo dados do IBGE nos anos de 2019 e 2020, respectivamente. A distância média entre a capital do estado, Campo Grande, e a região do Conevale é de aproximadamente 357,5 km. A localização dos municípios da região está disponibilizada no mapa da Figura 01, onde estão em destaque em um verde mais forte.

**Tabela 01: Região do Conevale**

<b>CIDADES</b>	<b>População estimada (2020) - pessoas</b>	<b>Área da unidade territorial (2019) - km<sup>2</sup></b>	<b>Data de emancipação</b>	<b>Distância da capital – Campo Grande (2020) - km</b>
Anaurilândia	9.076	3.415,657	25/04/1965	368
Angélica	1.283,627	10.932	13/05/1976	267
Batayporã	11.349	1.826,578	12/11/1963	308
Eldorado	33.940	2.956,690	13/05/1976	441
Iguatemi	16.176	2.957,410	08/05/1965	468
Itaquiraí	21.376	2.063,717	13/05/1980	404
Ivinhema	23.232	2.003,430	11/11/1963	289
Naviraí	55.689	3.189,667	11/11/1963	358
Nova Andradina	55.224	4.770,685	01/01/1959	297
Novo Horizonte do Sul	3.684	849,190	01/01/1993	338
Tacuru	11.674	1.784,207	22/06/1981	422
Taquarussu	3.588	1.052,232	16/06/1981	330

Fonte: IBGE, 2020 e 2019.

Figura 01: Mapa da região do CONEVALE



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

## 5. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 5.1 Agronegócio

Considerando que o estado de Mato Grosso do Sul tem como principal setor produtivo o agronegócio (CUNHA; FARIAS, 2020), primeiramente analisou-se a produção agrícola dos doze municípios da região do Conevale. No levantamento, identificou-se que o produto com maior destaque na região é a cana-de-açúcar com um enfoque maior nos municípios de Angélica e Ivinhema com uma média de 4.060.283,5 toneladas entre elas, demonstrado na Tabela 02. A cana-de-açúcar tem um alto volume na região por conta das usinas estabelecidas de açúcar e etanol.

A mandioca não possui um alto volume como a cana-de-açúcar, mas também está inserida como um dos principais produtos agrícolas da região. O Brasil já é consolidado como um dos maiores produtores mundiais de mandioca, com uma produção anual acima de 20

milhões de toneladas. Segundo a Embrapa (2020), o MS ocupa o segundo lugar em produção de fécula (farinha de mandioca) com 25 fecularias atuando em diversos municípios do estado, inclusive nas cidades do Conevale. O MS é um dos principais fornecedores para indústrias de outras regiões e a produção de mandioca tem aumentado. As cidades que apresentam maior produção de mandioca no Conevale são Itaquiraí, Ivinhema e Anaurilândia.

A mandioca e seus subprodutos têm diferentes aplicações comerciais. Um dos derivados mais importantes e mais comuns é a fécula (amido de mandioca), podendo ser aplicada em diversos setores. A partir da fécula *in natura*, podem ser produzidos produtos como o papel, álcool, fermento químico, goma para tecidos, tapioca, sagu; já fermentada ela pode ser aplicada em polvilho doce; a fécula modificada pode ser encontrada em papelão, pré-gelatinizados (pudim, sorvete, gelatina), glucose, plásticos biodegradáveis; outras aplicações da mandioca são encontradas no setor químico, têxtil, farmacêutico, bebidas e calçados, entre outros (EMBRAPA; SEBRAE, 2012).

O milho produzido no estado tem como destino o mercado interno, a produção de ração com o cereal para aves e suínos, principalmente na região sul do país, Santa Catarina e São Paulo. O estado também faz exportações para Ásia Ocidental. Dos doze municípios da região, Naviraí e Itaquiraí, cidades próximas (48 km), se destacam como produtoras de milho com uma média de 189.400 toneladas em 2019.

O grão também começara a ser comercializado como etanol em uma indústria instalada pioneiramente em Jaraguari - MS. Segundo a Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar/Semagro (2020), a indústria além do etanol, também produzira óleo de milho, ração animal e irá produzir energia renovável. Essa iniciativa pode ajudar no aumento da produção e agregará mais valor ao insumo, pontos importantes para a economia sul-mato-grossense.

O agronegócio é muito forte no estado, por isso a Superintendência de Ciência e Tecnologia, Produção e Agricultura Familiar – SUPRAFA possui ações voltadas ao aumento de produtividade, da competitividade e do empreendedorismo, como uma forma de incentivo do estado. Na agricultura, o Programa de Desenvolvimento da Produção Agropecuária-MS (PD Agro) instituído pelo Decreto nº 9.716 de 01/12/1999, atualizado pelo Decreto Nº 15196 DE 21/03/2019 oferece aos produtores rurais incentivos fiscais que reduzem a carga tributária estadual em 32% do ICMS para o cultivo do milho, feijão, arroz, sorgo, trigo e girassol e 70% para o algodão, considerando critérios de produtividade e sustentabilidade (SEMAGRO, 2019).

**Tabela 02: Principais Produtos Agrícolas/Conevale 2019**

CIDADES	PRODUÇÃO (toneladas)			
	Cana-de-açúcar	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)
Anaurilândia	-	60.120	27.136	43.750
Angélica	4.105.227	30.100	19.110	18.300
Batayporã	457.350	37.500	63.900	66.028
Eldorado	500.775	40.000	20.900	17.820
Iguatemi	496.775	30.000	24.750	43.200
Itaquiraí	67.9627	84.000	126.800	58.800
Ivinhema	4.015.340	75.000	67.500	35.700
Naviraí	1.080.051	45.300	252.000	225.000
Nova Andradina	2.836.185	33.200	55.460	59.150
Novo Horizonte do Sul	544.996	30.150	24.225	19.800
Tacuru	-	16.216	28.080	30.000
Taquarussu	293.400	13.300	19.700	10.080
<b>TOTAL</b>	<b>15.009.726</b>	<b>494.886</b>	<b>729.561</b>	<b>627.628</b>

Fonte: IBGE PAM, 2019.

Além dos produtos agrícolas, a região também tem destaque significativo na pecuária com produção de bovino, suíno, caprino, ovino e galináceos (Tabela 03). Para a pecuária, foi criado conforme o decreto n.º 11.176 de 11/04/2003 o Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (PROAPE) para a bovinocultura, suinocultura, ovina caprinocultura e piscicultura com o objetivo de expandir e fortalecer esse setor, melhorando a qualidade dos produtos. Importante destacar que há subprogramas para cada cultura (SEMAGRO, 2019).

Os municípios de Nova Andradina, Naviraí e Iguatemi possuem indústrias frigoríficas credenciadas no Precoce/MS, programa em que o governo oferece incentivos para os produtores rurais, repassados pelas indústrias frigoríficas credenciadas para o abate de novilhos precoces. Em Nova Andradina há uma produção de bovinos de 1.027.471 cabeças, sendo a maior produtora da região, o que pode guardar relação com as duas indústrias frigoríficas presentes no município, sendo uma das poucas cidades do estado a ter mais de uma indústria.

O suíno também possui uma boa produção na região e a suinocultura, segundo a Semagro (2020), é uma das cadeias produtivas que mais cresce no estado. O MS possui três das quatro grandes produtoras de carne suína. Com incentivo financeiro, o subprograma Leitão Vida do Decreto n.º 11.176, de 11 de abril de 2003, incentiva a expansão da suinocultura assegurando a saúde do rebanho com ações de regularização das granjas.

Há uma dúvida quanto à diferença entre caprino (cabra) e ovino (ovelha), por isso para

contextualizar, o caprino é a fêmea do bode, alguns possuem um pelo liso, barba e chifres diretos ou para fora. Já o ovino é a fêmea do carneiro, possui o pelo ondulado como lã, chifres enrolados e sem barba. A produção desse rebanho é para abate e possui incentivo financeiro interno e fiscal em operações interestaduais, equivalente a 50% da alíquota do ICMS incidente. Na região o maior produtor de caprino é o município de Nova Andradina, bem como se destaca na produção de ovino.

**Tabela 03: Principais Produtos da Pecuária/Conevale 2019**

CIDADES	PRINCIPAIS REBANHOS (cabeças)				
	Bovino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos
Anaurilândia	258.555	1.534	165	5.989	16.139
Angélica	56.307	1.089	52	1.875	74.306
Batayporã	155.896	685	250	2.901	38.839
Eldorado	66.620	602	02	1.737	160.553
Iguatemi	253.077	1.593	137	5.649	799.071
Itaquiraí	165.589	2.712	165	1.655	2.661.987
Ivinhema	130.151	90.772	135	2.755	1.988.048
Naviraí	163.008	8.392	386	3.136	177.844
Nova Andradina	1.027.471	15.613	1.189	22.797	130.354
Novo Horizonte do Sul	56.991	999	122	2.097	169.226
Tacuru	178.566	1.703	33	3.820	292.851
Taquarussu	71.838	846	30	1.797	8.963
<b>TOTAL</b>	<b>2.584.069</b>	<b>126.540</b>	<b>2.666</b>	<b>56.208</b>	<b>6.518.181</b>

Fonte: IBGE PPM, 2019.

Nota: Vale destacar que a plataforma PPM apresenta os resultados de “bovinos” e “bubalinos” separados, mas foram somados por serem da mesma classificação *bovini*.

Um aspecto propício ao agronegócio é o solo, mais especificamente a fertilização desse solo. Um solo fértil causa um aumento na produtividade agropecuária, uma vez que o produtor não precisa pagar valores altos em tecnologias que não podem ser bem aproveitadas, já que o solo não possui uma alta fertilidade e não há nutrientes. O solo é fundamental para a produção de alimentos sendo um dos pilares da agricultura (ENAGRI JR, 2019). No mapa da figura 02 é possível observar os solos encontrados no estado de Mato Grosso do Sul, com cada município contando com uma mais classificação de solo.

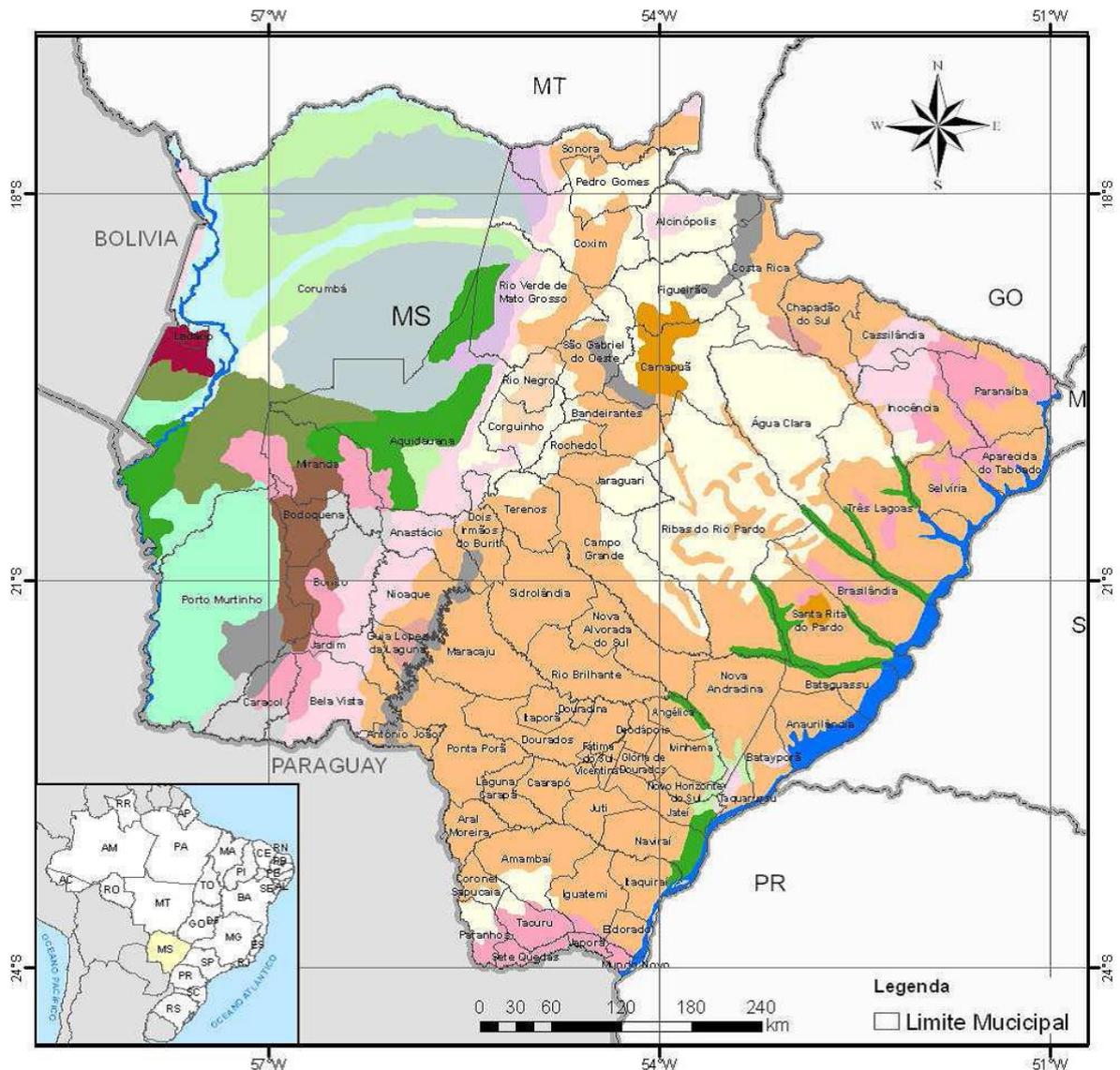
Todos os municípios do Conevale, exceto Tacuru, possuem a classificação Latossolos que é um solo mineral, não-hidromórficos, profundos, situados em relevo plano a suave-ondulado, facilitando a utilização de máquinas. Para a agricultura, esse tipo de solo é propício a culturas anuais, perenes, pastagens e reflorestamento. São profundos, porosos, bem drenados, bem permeáveis mesmo quando muito argilosos, friáveis e de fácil preparo. Apesar do alto

potencial para agropecuária, parte de sua área deve ser mantida com reserva para proteção da biodiversidade desses ambientes. Como fator limitante, encontra-se a baixa fertilidade desses solos que pode ser corrigido com fertilizantes e bem utilizado nas épocas certas do ano para cada cultivo (AGEITEC, 2020).

Outro tipo de solo presente na região do Conevale, em menor proporção, é o Planossolo. Esse tipo de solo apresenta perda de argila e é responsável pela textura arenosa dos horizontes superficiais. Presente em relevo plano ou suave ondulado, onde o solo é favorecido nas épocas em que há um excesso de chuvas, e em decorrência um excesso do volume da água, propício às plantações feitas nesse período. A permeabilidade lenta no solo e algumas superfícies endurecidas é uma limitação para a agricultura a esse tipo de solo. O agricultor que estiver nessa região deve ter cuidados maiores, ou seja, gastos maiores com drenagem, correção de acidez e de teores nocivos de alumínio à maioria das plantas (AGEITEC, 2020). Esse solo está presente apenas em uma pequena parte de Naviraí, Itaquiraí e de Angélica.

Tacuru se diferencia por possuir o tipo Argiloso, predominante na sua região. Esse tipo de solo possui uma baixa fertilidade natural e acidez elevada. As limitações para agricultura estão relacionadas à baixa fertilidade, acidez, teores elevados de alumínio e a suscetibilidade aos processos erosivos que ocorrem por causa da textura grossa que causam infiltrações ao solo. Há locais em que as texturas são mais leves, portanto com uma melhor permeabilidade e menos erosivos (AGEITEC, 2020). Uma pequena parcela de Iguatemi também possui esse solo.

**Figura 02: Mapa da participação das classes de solos encontradas em Mato Grosso do Sul**



### Legenda de Solos

#### Outros

■ Massa D'Água

#### Argissolos

■ PV - Argissolos Vermelhos

■ PVA - Argissolos Vermelho-Amarelos

#### Chernossolos

■ MD - Chernossolos Rêndzicos

■ MT - Chernossolos Argilúvicos

#### Latossolos

■ LV - Latossolos Vermelhos

■ LVA - Latossolos Vermelho-Amarelos

#### Luvisolos

■ TC - Luvisolos Crômicos

#### Neossolos

■ RL - Neossolos Litólicos

■ RR - Neossolos Regolíticos

■ RQ - Neossolos Quartzênicos

#### Organossolos

■ OX - Organossolos Háplicos

#### Nitossolos

■ NV - Nitossolos Vermelhos

#### Planossolos

■ SN - Planossolos Nátricos

■ SX - Planossolos Háplicos

■ SG - Planossolos Hidromórficos

#### Plintossolos

■ FX - Plintossolos Háplicos

#### Vertissolos

■ VE - Vertissolos Ebânicos

#### Espodossolos

■ ES - Espodossolos Ferrilúvicos

#### Gleissolos

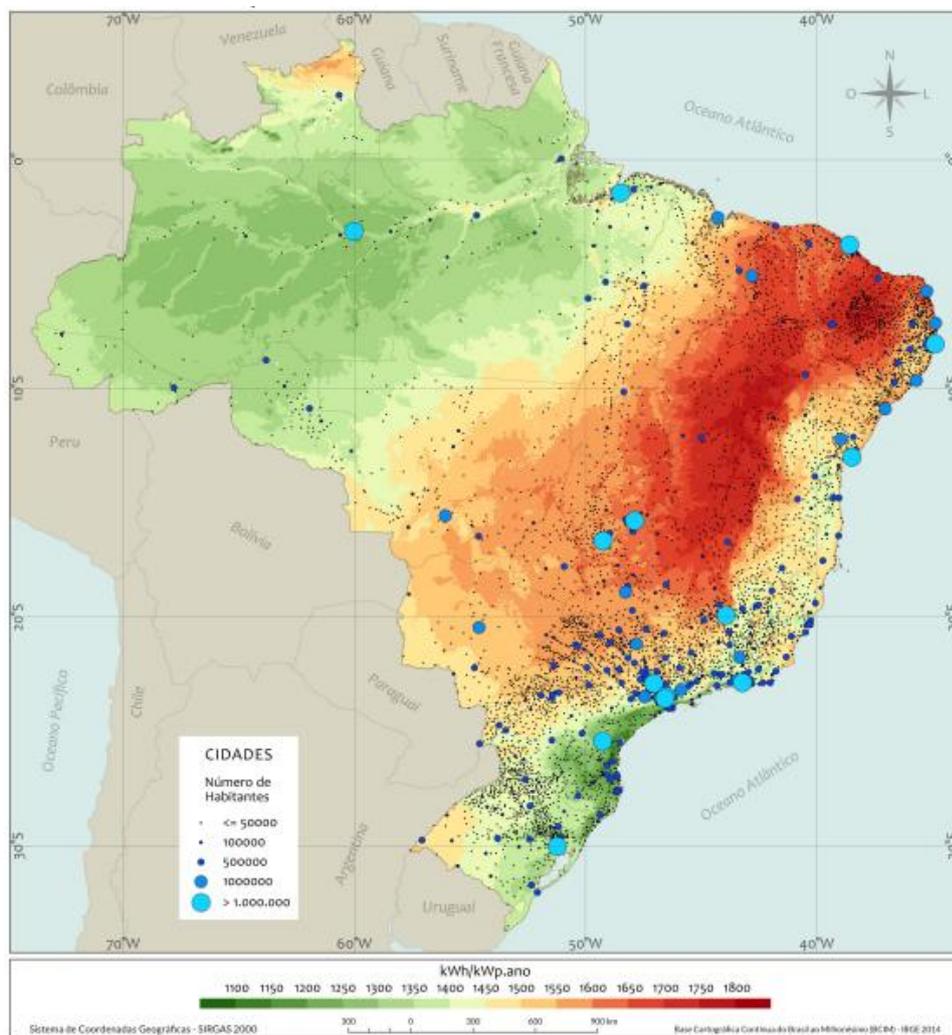
■ GX - Gleissolos Háplicos

Fonte: RURAL SUSTENTÁVEL, 2019.

## 5.2 Energia Renovável

Segundo o Atlas Brasileiro de Energia Solar (2017), no país, a geração de uma energia solar fotovoltaica possui grande potencial de desenvolvimento, como está ilustrado no mapa da figura 03, em termos do rendimento energético anual para todo o território brasileiro, tanto em grandes indústrias onde o sistema é instalado no solo quanto em telhados e coberturas de edifícios. Os círculos azuis demonstram a concentração populacional. É possível observar que a região com maior incidência é Sul e Sudeste, porém mesmo sendo a região menos ensolarada do país pode produzir uma carga energética solar maior do que o local mais ensolarado da Alemanha (PEREIRA et al., 2017).

**Figura 03: Potencial de Geração Solar Fotovoltaica/Rendimento Energético Anual**



Fonte: Pereira et al. (2017)

No Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2017 e 2018, o uso de energia solar cresceu cerca de 209,5% entre residências, comércios, indústrias, propriedades rurais, prédios públicos

e pequenos terrenos na região. Nesse período, as unidades geradoras tiveram um aumento na sua potência instalada, cerca de 467% de aumento. Dados esses que levaram o MS a alcançar o 11º lugar no ranking brasileiro de potência instalada (PORTAL SOLAR, 2019).

Esse tipo de geração de energia, além de ser uma tendência, é uma forma eficaz de a população sul-mato-grossense reduzir seus gastos anuais com a energia comum, gerando sua própria fonte de energia renovável, o que também é propício ao meio ambiente (PORTAL SOLAR, 2019). Além da micro e minigeração de energia, o país tem potencial para a instalação de usinas de energia solar.

Em 2019, na cidade de Jaraguari, foi inaugurada uma fazenda de geração de energia solar que produz cerca de 6 MW ano de energia limpa, equivalendo ao consumo de 7200 casas populares no ano. A área dessa fazenda onde se encontra os 18 mil painéis fotovoltaicos é de 18 hectares. Esses painéis pretendem atender 122 clientes no estado todo que estão isentos do ICMS como forma de incentivo a compra, principalmente micro e pequenas empresas (IMASUL, 2019).

Estar entre os grandes produtores de energia fotovoltaica do país, mostra que o estado do Mato Grosso do sul possui um enorme potencial dessa fonte de energia renovável. A irradiação solar no estado chega a cerca de 5.500 Wh/m<sup>2</sup>.dia em toda a sua extensão, o que representa quase o dobro da insolação na Alemanha (3.000 Wh/m<sup>2</sup>.dia), que é um país pioneiro nesse setor.

Bursztyn (2020) destaca que a energia solar fotovoltaica tem efeitos multiplicadores para o desenvolvimento, tendo potencial para geração de emprego e renda para muitas pessoas. Também aponta a possibilidade de surgimento de novos negócios e pode-se citar como exemplo a expansão da utilização dos carros elétricos. Também menciona a importância de economizar água na geração hidrelétrica garantindo a segurança hídrica e alimentar (agropecuária e piscicultura).

Roque (2017) destaca que alguns países vêm implementando a integração floresta-energia (FE), utilizando especialmente turbinas eólicas. Todavia, acredita que é possível o desenvolvimento de um modelo mais complexo de integração entre lavoura, pecuária e floresta plantada (*i*LPF), porém mais completo, incluindo nesse sistema formas de energia alternativa e renováveis. Para o autor, “o futuro demandará, cada vez mais, a implantação de sistemas agrossilvipastoris aliados à produção de formas de energia limpa e renovável” (ROQUE, 2017, s/p).

### 5.3 Turismo

Quanto ao turismo, foi feito um levantamento sobre seus potenciais, incluindo rios, parques naturais e urbanos e os festivais realizados nos municípios que compõem o Conevale. O turismo ecológico ou ecoturismo está destinado a turistas que desejam estar mais próximos da natureza e isso engloba fazer trilhas, conhecer cachoeiras e lugares onde a ecologia esteja em seu estado natural sem interferência humana. Como se pode observar na tabela 04, a região do Conevale possui parques e estruturas naturais que podem ser melhores exploradas para este segmento de turismo.

Os municípios que possuem um potencial para se desenvolverem nesse segmento são Anaurilândia, que possui ilhas, serra e um balneário municipal, sendo estruturas naturais pequenas, mas que podem atrair um público potencial. Batayporã possui um balneário municipal e a lagoa do sapo que são atrativos municipais. Também conta com a Bike Tour Bata que é um projeto de desenvolvimento do turismo local que reconhece as trilhas de 19 quilômetros que foram demarcadas pelo Klub Cescke Turistú, que apesar da história por trás, ainda é pouco conhecido pelos moradores da região.

O município de Itaquiraí tem a praia da Amizade situada à margem do rio Paraná. O local deixou de ser uma prainha para os moradores locais e passou a ser um local de turismo com investimento municipal, em que os moradores de outras regiões próximas podem usufruir de lazer. Nessa praia também são realizados eventos como a Itaquipesca, uma festa anual de pesca que é considerada um dos maiores torneios de pesca do Conesul. Além da praia, a região ainda conta com um parque nacional que possui sítios históricos e arqueológicos, incluindo-se as áreas de ocupação dos índios Xetá e cidades jesuíticas (índios Guarani).

A cidade de Naviraí também possui seus potenciais turísticos nessa segmentação. Assim como Itaquiraí, essa cidade também abrange o Parque Nacional de Ilha Grande. O Porto Caiuá, distrito de Naviraí, também conta com um parque arqueológico dos índios Guarani. Além disso, o Porto Caiuá é banhado pelo Rio Paraná e faz divisa com o estado do Paraná, e por isso é um ambiente de pesca profissional e turística, contando com clubes para pessoas de todo o Brasil, principalmente do estado do Paraná e São Paulo. A cidade de Naviraí também tem o Parque Natural do Córrego Cumandaí, Horto Florestal e Parque Sucupira dentro do município. O município também é banhado pelo rio Amambaí, que é mais próximo do centro urbano, o que

atrai os moradores locais e das regiões atividades de pesca.

A região de Iguatemi, banhado pelo Rio Iguatemi também tem seu Parque Natural Municipal de Piray. Assim com a região de Tacuru, banhado pelo rio Tacuru, tem uma cachoeira que atrai visitantes, assim como o rio propicia um ambiente de pesca e uma feira já realizada para esses visitantes. Taquarussu é banhado pelo rio Paraná e faz parte do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, que permeia o território de diversos municípios da região.

O turismo cultural é um segmento para pessoas que tem interesse em obras e manifestações artísticas, sejam esses interesses estéticos ou históricos. E a região de Nova Andradina possui diversas praças e uma delas com um obelisco, quase uma por bairro, e possui o Museu Histórico e Cultural Antônio Joaquim de Moura Andrade que chama a atenção de visitantes. De 2005 a 2010, o museu registrou a passagem de 51 mil pessoas, o que o tornou na época um dos mais visitados do Estado, com cerca de 10.200 visitas por ano. O museu conta com acervo com centenas de peças cultural e histórico do município.

Um dos segmentos mais comuns é o turismo de eventos que é destinado a pessoas que viajam com o intuito de participarem de congresso, convenções, feiras e festivais, em busca de novas tecnologias, vivências e diversão. Quase todas as cidades do Conevale possuem pelo menos um evento, seja uma feira agropecuária, um festival característico a cidade, festa junina, shows, eventos acadêmicos, entre outros.

**Tabela 04: Principais fontes de turismo**

CIDADES	TURISMO			
	RIO	PARQUES NATURAIS	PARQUES URBANOS	FESTIVAIS
Anaurilândia		- Ilha da capivarí - Arquipélago dos chavantes - Ilha da capivara - Serra do diabo - Ilha das ortigas - Balneário Municipal		
Angélica				
Batayporã		-Balneário Municipal do Rio Paraná - Lagoa do Sapo	- Centro de Memória JindřichTrachta	- Festival da Guavira - Bike Tour Bata - Festa do Sereno - Ecoturismo - Fazenda Primavera

Eldorado			- Distrito Morumbi	- Festa da Melancia - Expo Eldorado - Festa do peixe [Distrito Morumbi]
Iguatemi	Rio Iguatemi Rio Jogui Rio Maracaí Rio Amambai:	- Parque Natural Municipal de Piray		
Itaquiraí	- Rio Paraná	- Praia da amizade - Parque Nacional de Ilha Grande		- Itaipupesca
Ivinhema	- Rio Ivinhema			
Naviraí	- Rio Curupaí - Rio Laranjaí - Rio Amambaí - Rio Paraná	- Parque Natural do Córrego Cumandaí - Horto Florestal - Parque Sucupira - Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema - Porto Caiuá	- Assentamento Juncal - Pesqueiro - Parque de Exposições Tatsuo Suekane - Praça Euclides Antônio Fabris - Praça Pioneiros - Praça Jardim Paraíso	- Festa Junina – FEJUNAVI - Feira agropecuária - EXPONAVI
Nova Andradina	- Rio Paraná		- Obelisco Central de Nova Andradina - Buracão - Praça Geraldo Matos Lima - Museu Histórico e Cultural Antônio Joaquim de Moura Andrade - Parque de Exposições Henrique Martins - Centro de Convenções Culturais Silvio Ubaldino de Sousa - Praça do Museu - Praça das Luzes	- Festa Julina – FEJUNA - Festival da Canção – CANTANOVA - Exposição Agropecuária – EXPONAN - New Road Motorcycle - Violada Bruta
Novo Horizonte do Sul				
Tacuru	-Rio Tacuru		- Cachoeira Yguapoy	- Feira do Peixe - Festa da Mandioca - Semana do Índio
Taquarussu	- Rio Paraná	- Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema		

**Fonte:** FUNDTUR/MS

A Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul (FUNDTUR) em parceria com o Sistema de Informação e Gestão, desenvolveu um Programa de classificação de municípios que tem como objetivo promover o turismo no estado em questões de infraestrutura e desenvolvimento, recebendo investimentos para que consigam evoluir. O estudo de classificação foi introduzido em 2013 e acompanha os municípios até então (FUNDTUR, 2017).

Os municípios enviam suas informações de turismo através via internet pelo site da Gestão de Segurança Integrada (GSI). Para chegar ao resultado, foram levantados critérios de governança, gestão pública do município analisado, sustentabilidade, infraestrutura do turismo e mercado. Cada critério possui um peso diferente (FUNDTUR, 2017).

Para conseguir classificar, os municípios foram divididos de acordo com a pontuação dos critérios, sendo essas divisões: semear, colher, nascer e frutificar. Cada uma das classificações tem um enfoque e benefícios diferentes para atender as necessidades do município. O programa está na sua quarta fase (FUNDTUR, 2019).

- Semear: as ações são focadas em melhorar a infraestrutura turística e básica, e como a população se sente em relação à determinada atividade. Nesta categoria, a base do turismo são seus patrimônios natural e/ou histórico-cultural.

- Nascer: conforme a vocação regional do município é feita a estruturação da qualificação e melhoria da infraestrutura turística. Nesta categoria, o município já é procurado por um bom número de turistas e a gestão está adequando suas vocações para atender a demanda;

- Frutificar: essa categoria organiza os roteiros e produtos turísticos. O turismo já é considerado uma atividade econômica, mas não se qualifica entre as principais. A gestão do local tem preocupação em aumentar a oferta turística;

- Colher: nesta categoria, o município está na fase de manutenção, promoção e comercialização. O município inserido nesta categoria já tem o turismo como uma de suas principais atividades econômica.

O programa não tem participação obrigatória de todos os municípios, a escolha fica facultativa a gestão local. Dos municípios da região do Conevale, em 2017, Anaurilândia e Tacuru não enviaram os dados para ser calculado o peso e entrar na classificação. A Tabela 05

ilustra uma comparação entre os anos de 2017 e 2019 de como os municípios evoluíram e qual a categoria atual (FUNDTUR, 2019).

**Tabela 05: Comparação da classificação dos municípios entre 2017 e 2019**

CIDADES	CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FUNDTUR/2017 - 2019	
	2017	2019
Anaurilândia	Não informado	Não informado
Angélica	Não informado	Semear
Batayporã	Semear	Frutificar
Eldorado	Nascer	Frutificar
Iguatemi	Semear	Semear
Itaquiraí	Semear	Frutificar
Ivinhema	Semear	Frutificar
Naviraí	Nascer	Frutificar
Nova Andradina	Semear	Frutificar
Novo Horizonte do Sul	Semear	Nascer
Tacuru	Não informado	Não informado
Taquarussu	Nascer	Frutificar

**Fonte:** FUNDTUR/MS, 2019.

Dentre os municípios da região, quatro passaram pelas mesmas categorias nos anos em questão, sendo Batayporã, Itaquiraí, Ivinhema e Nova Andradina. Em 2017, essas regiões focaram suas ações em melhorar a infraestrutura turística e básica para conseguir tornar o turismo como uma atividade econômica, como Itaquiraí (Praia da Amizade) e Nova Andradina (praças, museu). Naviraí, Taquarussu e Eldorado estavam na categoria de estruturação da infraestrutura turística. Já em 2019, os três municípios passaram a considerar o turismo como atividade econômica e organiza seus roteiros turísticos. Os municípios têm festivais de exposição rural com potencial para trazer pessoas de outras regiões para participar. Iguatemi e Angélica estão na fase de melhorar a infraestrutura turística para receber pessoas de outras regiões.

## 6. CONCLUSÕES

Este estudo investigou três possíveis vocações regionais do Conevale/MS: a) cadeia produtiva do agronegócio; b) produção de energia fotovoltaica. c) turismo.

Na análise, constatou-se a forte presença do agronegócio na região, sendo inquestionável que essa é um das suas vocações. Trata-se de um setor mais consolidado, mas com potencial de diversificação e desenvolvimento de novos negócios. Neste sentido, o

planejamento estratégico regional pode focalizar ações que visem diversificar a cadeia produtiva da agroindústria, especialmente no desenvolvimento de subprodutos da mandioca, que possui distintas aplicações industriais: industriais alimentícios, não alimentícios, farmacêutico, rações, plásticos, entre outros.

A geração de energia solar está em expansão no Mato Grosso do Sul, especialmente em micro e minigeração. Todavia, há espaço para o desenvolvimento de negócios maiores, incluindo usinas de energia solar, com maior capacidade de geração de energia, especialmente nas regiões nas quais o solo não é tão propício para a agropecuária. Há também a possibilidade de integrar a geração de energia com a agropecuária. Neste caso, o planejamento estratégico regional pode incluir a solicitação de estudos de mercado e viabilidade para estes processos de integração, identificando experiências em outros países que já utilizem estas práticas.

Quanto ao turismo, dentre as segmentações apresentadas (BRASIL, 2006), identificou-se que a região possui potencial para o turismo ecológico, turismo de aventura e turismo de pesca. Apesar do programa desenvolvido pela Fundtur/MS, o turismo não é uma atividade consolidada na região. O planejamento estratégico regional pode propor ações que integrem os atores da região para o desenvolvimento de um roteiro integrado de turismo, além de outras ações necessárias, inclusive questões legais, para exploração de alguns pontos turísticos como os sítios arqueológicos presentes na região.

## REFERÊNCIAS

AGEITEC - Agência Embrapa de Informação Tecnológica. **Argissolos**. Disponível em <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONTAG01\\_7\\_2212200611538.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONTAG01_7_2212200611538.html)>.

AGEITEC - Agência Embrapa de Informação Tecnológica. **Latossolos**. Disponível em <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONTAG01\\_11\\_2212200611540.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONTAG01_11_2212200611540.html)>.

AGEITEC - Agência Embrapa de Informação Tecnológica. **Planossolos**. Disponível em <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma\\_caatinga/arvore/CONT000g5twggzh02wx5ok01edq5s189t6ux.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma_caatinga/arvore/CONT000g5twggzh02wx5ok01edq5s189t6ux.html)>.

BORGES, Livia Silvia. **O turismo como instrumento de desenvolvimento sustentável em bonito – MS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Economia e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 11.176**, de 11 de abril de 2003. Institui o Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (Proape), visando à expansão e ao fortalecimento da bovinocultura de corte, da bovinocultura de leite, da suinocultura, da avicultura de corte, da

ovinocaprinocultura e da piscicultura, e dá outras providências. Disponível em <<https://www.semagro.ms.gov.br/proape/leitao-vida/>>.

BRASIL. **Decreto nº 9.716 de 01**, de dezembro de 1999. Institui o Programa de Desenvolvimento da Produção Agropecuária que concede incentivos fiscais a produtores do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível <<https://www.semagro.ms.gov.br/agricultura-e-pecuaria/pdagro/>>.

BRASIL. **Decreto nº 9.810**, de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm)>.

BRASIL. Ministério do Turismo. Marco Conceitual (2006). Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf)

BUGS, João Carlos; SIEDENBERG, DieterRugard. Abordagem estratégica dos processos de desenvolvimento socioeconômico regional: o caso do COREDE Vale do Rio Pardo (VRP). **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 3, n. 2, p. 114-134, jul./dez. 2013.

BURSZTYN, Marcel. Energia solar e desenvolvimento sustentável no Semiárido: o desafio da integração de políticas públicas1. **Estud. av.**, São Paulo , v. 34, n. 98, p. 167-186, Apr. 2020 .

CARVALHO, Simone Maria Lima de. PLANEJAMENTO REGIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: a experiência do plano plurianual da Bahia (2007-2014). **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVIII – V. 2 - N. 34 - Agosto de 2016 - Salvador, BA – p. 555 – 580.**

COELHO, Lucas; GILBERTO, João. **Pró-RS IV: Propostas Estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul.** (2011-2014).

CUNHA, Roberto Cesar Costa; FARIAS, Fernando Rodrigo. Dinâmica produtiva e ordenamento territorial dos agronegócios do Mato Grosso do Sul pós-2003. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 130-153, 2019.

DOMINGUES, Alex Torres; THOMAZ JUNIOR, Antonio. **A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.34, v.1, p.138-160, jan./jul.2012.

EDUARDO, Antonio Sergio et al. Dimensionamento Do Produto Interno Bruto Do Agronegócio De Mato Grosso Do Sul: Análise da evolução entre 2010 e 2015. **Anais...IV Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação.** UFMS, 03 a 06 de novembro de 2020.

EMBRAPA. **Aspectos do Cultivo da Mandioca em Mato Grosso do Sul.** Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/38819/1/LV20021.pdf>>.

ENAGRI JR – Projetos e Consultoria Agrícola. **Entenda a importância do solo para o agronegócio.** 2019. Disponível em: <<https://enagrijr.com/home/adg/conservacao-de-agua-e-solo/entenda-qual-a-importancia-do-solo-para-o-agronegocio/>>.

FAVRO, Jackelline; ALVES, Alexandre Florindo. Agroindústria: Delimitação conceitual para a economia brasileira. **Revista de Política Agrícola.** Ano XXIX, nº 3, Jul./Ago./Set. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. A trajetória de políticas de desenvolvimento regional para a fronteira sul de mato grosso do sul. **Revista desenvolvimento, fronteiras e cidadania** Vol.1 – N.1 – PP. 161-181 – JUL/2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAM –Produção Agrícola Municipal, 2019**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e>>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal, 2019**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

IMASUL. **Cidade Solar consolida ação do Governo para estimular geração de energia limpa em MS**. Disponível em <<https://www.imasul.ms.gov.br/cidade-solar-consolida-acao-do-governo-para-estimular-geracao-de-energia-limpa-em-ms/>>.

IRENA - International Renewable Energy Agency. Future of Solar Photovoltaic: Deployment, investment, technology, grid integration and socio-economic aspects (A Global Energy Transformation: paper), International Renewable Energy Agency, Abu Dhabi, 2019.

Disponível em: [https://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2019/Nov/IRENA\\_Future\\_of\\_Solar\\_PV\\_2019.pdf](https://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2019/Nov/IRENA_Future_of_Solar_PV_2019.pdf)

KURESKI, Ricardo; MOREIRA, Vilmar Rodrigues; VEIGA, Claudimar Pereira da. Agribusiness participation in the economic structure of a Brazilian region: analysis of GDP and indirect taxes. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 58, n° 3, 2020.

KURESKI, Ricardo; MOREIRA, Vilmar Rodrigues; VEIGA, Claudimar Pereira da. Agribusiness participation in the economic structure of a Brazilian region: analysis of GDP and indirect taxes. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 58, n° 3, 2020

LIMA, Jandir Ferrera de; PIACENTI, Carlos Alberti; ALVES, Lucir Reinaldo; PIFFER, Moacir. A percepção do conceito de desenvolvimento regional nas áreas atingidas pelos reservatórios de Itaipu e Salto Caxias. **Informe GEPEC**. v. 7, n. 1, 2003

Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**. Disponível em <<https://www.mdr.gov.br/desenvolvimento-regional-e-urbano/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional>>. Acesso em 17 abr 2020.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando; COMUNELLO, Éder; FIETZ, Carlos Ricardo. Qualidade da radiação solar global de diferentes bases digitais para Mato Grosso do Sul. **Revista da Sociedade Brasileira de Agrometeorologia**. Agrometeoros, Passo Fundo, v.28, n.2, e026583, 2020.

**Observatório do Turismo MS**. Mato Grosso do Sul, 2018. Disponível em: <<https://www.observatorioturismo.ms.gov.br/turismo-em-numeros-2/>>.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de

desenvolvimento sustentável. **Rev. FAE**, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

PEREIRA, E. B.; MARTINS, F. R.; GONÇALVES, A. R.; COSTA, R. S.; LIMA, F. J. L.; RÚTHER, R.; ABREU, S. L.; TIEPOLO, G. M.; PEREIRA, S. V.; SOUZA, J. G. **Atlas brasileiro de energia solar**. São José dos Campos: INPE, 2017. 88 p. ISBN 978-85-17-00090-4. IBI: <8JMKD3MGP3W34P/3PERDJE>. Disponível em: <<http://urlib.net/rep/8JMKD3MGP3W34P/3PERDJE>>.

PEROBELLI, Fernando Salgueiro; OLIVEIRA, Arveverton Fortes de; NOVY, Luiz Gustavo Guimarães; FERREIRA, Marlos Vargas. Planejamento regional e potencial de desenvolvimento dos municípios de Minas Gerais na região em torno de Juiz De Fora: uma aplicação de análise fatorial. **Nova Economia**, v. 9, n. 1, 18 nov. 2013.

Portal Solar. **Uso da energia fotovoltaica no Mato Grosso do Sul cresce 209%**. 2019. Disponível em <<https://www.portalsolar.com.br/blog-solar/energia-solar/uso-da-energia-fotovoltaica-no-mato-grosso-do-sul-cresce-209.html>>

PORTO, Leonardo; MACEDO, Fernando Cezar. Desequilíbrios regionais, pib municipal e a política nacional de desenvolvimento regional (PNDR)1 : aspectos metodológicos e diagnóstico do período recente (2002-2014). In: VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais...** Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

RESCH, Sibelly; Rodrigues, Wesley Oswaldo Pradella; LOUZA, Caroline Achilles; SILVA, Marco Antonio Costa da. Desigualdades e desenvolvimento local e regional: Uma Análise a partir de indicadores de Mato Grosso do Sul. **Anais...IV Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação**. UFMS, 03 a 06 de novembro de 2020.

ROQUE, Waldir Leite. Integração lavoura, pecuária, floresta e energia. Disponível em: <<https://agroemdia.com.br/2017/12/22/integracao-lavoura-pecuaria-floresta-e-energia/>>, acesso em 15/10/20.

SEBRAE. **Informações de mercado sobre mandioca (farinha e fécula)** – Sumário Executivo, 2012. Disponível em <[https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Mandioca-\(farinha-e-fecula\).pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Mandioca-(farinha-e-fecula).pdf)>.

SEBRAE. **SEBRAE lança Programa LIDER Conevale MS amanhã em Dourados**. Mato Grosso do Sul, 2019. Disponível em: <<http://www.ms.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MS/sebrae-lanca-progr,739da9710ca8c610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>.

SEMAGRO. **Agricultura e Pecuária**. Disponível em <<http://www.semagro.ms.gov.br/agricultura-e-pecuaria/>>.

SILVA, Kely Cristina Mendes da. **A importância do turismo para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo**. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2004.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Métodos de pesquisa. Disponível

em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> . Acesso em: 13 maio 2020.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan; SOUZA, Juliana Dornelles de. Planejamento regional no rio grande do sul: uma proposta metodológica de análise dos planos estratégicos de desenvolvimento regional. *REDES - Rev. Des. Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 93-117, 2014.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; KIST, Rosane Bernadete Brocher; KUMMER, Débora Cristiele. O planejamento estratégico regional dos COREDES-RS: Um olhar sobre a construção da matriz SWOT nos Planos Regionais de Desenvolvimento. *Anais... VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2015.

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – **SUDECO**. Disponível em <<http://www.sudeco.gov.br/web/guest/apresentacao>>. Acesso em 15 maio 2020.

THIELE, Péricles Purper; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima do; TALASKA, Alcione. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO REGIONAL: uma análise da evolução dos métodos de planejamento estratégico aplicado às regiões. *Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Contestado. DRd – Desenvolvimento Regional em debate* (ISSN 2237-9029). Ano 4, n. 1, p. 04-23, jan./jun. 2014.

VIOLIN, Fábio Luciano. **Turismo e artesanato em Mato Grosso do Sul: de 1970 a 2015**. Tese (Doutorado Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade Anhangüera – UNIDERP. Campo Grande, 2016.